

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 13939/2026

Processo Administrativo Simplificado de Contratação

O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), por meio da Gerência de Contratações, torna público que realizará Dispensa de Licitação, com fundamento, na hipótese do [art. 75](#), inciso II, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

Período de envio das propostas: de 24/03/2026 a 27/03/2026

E-mail para envio das propostas: contratos@crcmg.org.br

Critério de Julgamento: menor preço

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de serviços especializados de Media Training, a serem realizados em duas etapas distintas, com o objetivo de capacitar conselheiros, representantes e lideranças do CRCMG para uma atuação qualificada, estratégica e alinhada ao posicionamento institucional junto à imprensa, aos meios digitais e à sociedade. Os treinamentos deverão ser adaptados para as necessidades específicas do Conselho, com foco na capacitação para comunicação eficaz com a imprensa, mídias digitais e público geral.

OBJETO				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
1	21172	Etapa 1 - Treinamento Amplo Treinamento com duração de até 4 horas, direcionado a todos os conselheiros, representantes e líderes do CRCMG, contemplando até 95 participantes. Realização de reunião de briefing para entendimento do Conselho do perfil dos participantes e criação de mensagens-chave que serão passadas no dia do treinamento.	un	1
2	21172	Etapa 2 - Treinamento Específico Treinamento com carga horária total de 8 horas, destinado exclusivamente aos membros do Conselho Diretor (sete participantes).	un	1

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.1.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.1.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.1.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.1.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.1.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.1.3.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.1.3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) razão social;
- b) número do CNPJ;
- c) Endereço físico e eletrônico;

- d) preços unitários e totais, se for o caso;
- e) submissão às condições desta dispensa de licitação.

3.2. O fornecedor poderá utilizar o Modelo de Proposta, constante do Anexo III deste instrumento.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. Os fornecedores interessados deverão enviar suas propostas no prazo e para o endereço eletrônico informado no preâmbulo deste instrumento.

4.2. Durante o período de envio das propostas, estabelecido no preâmbulo deste instrumento, os fornecedores poderão enviar nova proposta ou solicitar a sua desconsideração.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrado o prazo para envio das propostas, será realizada a verificação quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- c) Consulta ao sítio do Tribunal de Contas da União quanto declaração negativa de inidôneo para participar de licitação na Administração Pública Federal (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:17580854393477:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)

5.1.1. Poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

5.2. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto.

5.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não atender às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutable a proposta de preços ou menor lance que:

- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de

mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

- b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação, podendo ser ajustada pelo fornecedor, no prazo assinalado pela Administração, desde que não haja majoração do preço.

5.7. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, serão solicitados **somente** do fornecedor que apresentar a proposta de menor preço, aceita pela Administração.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data de apresentação deste certame, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

Exigências de habilitação

6.3. As exigências de habilitação encontram-se definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Aviso.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a aceitação da proposta e confirmação da habilitação do fornecedor, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as sanções previstas no art. [art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), além das demais cominações estabelecidas na legislação.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração.

9.2. O desatendimento às solicitações da Administração, no prazo assinalado pelo agente competente, implicará na desclassificação do certame.

9.3. Este instrumento visa à obtenção de propostas adicionais, devendo ser formalizada a contratação com a proposta mais vantajosa.

9.4. Não haverá oferta de lances pelos fornecedores interessados, contudo, prevalecerá a última proposta recebida no prazo estabelecido neste instrumento.

9.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e para quaisquer atos observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e encaminhamento da documentação solicitada.

9.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

9.7. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta

Izaias Angelo Gomes
Gerente de Contratações

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO				
Item	Código	Descrição	Unidade de medida	Qtd.
1	21172	<p>Contração de serviços especializados de Media Training, a serem realizados em duas etapas distintas, com o objetivo de capacitar conselheiros, representantes e lideranças do CRCMG para uma atuação qualificada, estratégica e alinhada ao posicionamento institucional junto à imprensa, aos meios digitais e à sociedade.</p> <p>Etapa 1 - Treinamento Amplo Treinamento com duração de até 4 horas, direcionado a todos os conselheiros, representantes e líderes do CRCMG, contemplando até 95 participantes. Realização de reunião de briefing para entendimento do Conselho do perfil dos participantes e criação de mensagens-chave que serão passadas no dia do treinamento.</p>	un	1
2	21172	<p>Etapa 2 - Treinamento Específico Treinamento com carga horária total de 8 horas, destinado exclusivamente aos membros do Conselho Diretor (sete participantes).</p>	un	1

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
<p>Contração de serviços especializados de Media Training, a serem realizados em duas etapas distintas, com o objetivo de capacitar conselheiros, representantes e lideranças do CRCMG para uma atuação qualificada, estratégica e alinhada ao posicionamento institucional junto à imprensa, aos meios digitais e à sociedade. Os treinamentos deverão ser adaptados para as necessidades específicas do Conselho, com foco na capacitação para comunicação eficaz com a imprensa, mídias digitais e público geral.</p> <p>Etapa 1 - Treinamento Amplo Treinamento com duração de até 4 horas, direcionado a todos os conselheiros, representantes e líderes do CRCMG, contemplando até 95 participantes. Realização de reunião de briefing para entendimento do Conselho do perfil dos participantes e criação de mensagens-chave que serão passadas no dia do treinamento.</p> <p>A capacitação deverá ocorrer em formato de palestra expositiva, com utilização de cases práticos e/ou vídeos, abordando, entre outros, os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento com a imprensa, com ênfase nos diferentes meios de comunicação (impresso, rádio, televisão e digital); • Preparação e participação em entrevistas; • Direcionamento e boas práticas para participação em podcasts;

- Orientações sobre presença institucional e pessoal nas redes sociais, incluindo marcações e interações;
- Dicas sobre postura, imagem pessoal e comunicação verbal e não verbal.

Etapa 2 - Treinamento Específico

Treinamento com carga horária total de 8 horas, destinado exclusivamente aos membros do Conselho Diretor (sete participantes).

Esta etapa deverá incluir:

- Simulações de entrevistas, com gravação em vídeo;
- Participação, por conta da contratada, de jornalista com experiência mínima de cinco anos, que abordará o relacionamento entre fontes e imprensa no contexto corporativo e institucional na fase ampla, além de atuar nas simulações como repórter;
- Reunião de devolutiva, em data a ser previamente agendada, com avaliação individual e coletiva, feedback técnico, sugestões de aperfeiçoamento e indicação de pontos de melhoria e desenvolvimento a serem trabalhados pelos participantes.

NATUREZA DO OBJETO

Os serviços a serem adquiridos na presente contratação enquadram-se na definição de serviços comuns, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e do Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

JUSTIFICATIVA/FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços especializados de *Media Training* se faz necessária para o aprimoramento da comunicação do CRCMG com a imprensa, os meios digitais e a sociedade em geral. A capacitação de conselheiros, representantes e lideranças do Conselho é essencial para garantir uma atuação qualificada e estratégica, assegurando que a mensagem institucional seja transmitida de forma clara, eficaz e com impacto positivo.

A comunicação desempenha um papel estratégico na construção e manutenção da imagem institucional de qualquer entidade. Para o CRCMG, a capacitação dos seus porta-vozes é um passo fundamental para garantir que as mensagens divulgadas sejam eficazes, consistentes e condizentes com a missão, visão e os valores do Conselho.

A atuação qualificada dos conselheiros, representantes e lideranças do CRCMG perante a imprensa e nos meios digitais, incluindo as redes sociais, tem um impacto direto na construção e manutenção de uma imagem de credibilidade, transparência e relevância institucional. Uma comunicação bem-sucedida fortalecerá o posicionamento do CRCMG como órgão de fiscalização, registro e promoção da educação continuada, promovendo não só o reconhecimento e valorização da classe contábil, mas também ampliando a capacidade do Conselho de influenciar positivamente os debates relacionados à profissão e à sociedade. Enfatizando o papel de proteção da sociedade exercido pela entidade.

Em resumo, a capacitação proposta visa não apenas a melhoria da comunicação do CRCMG, mas também a criação de um ambiente de aprendizado contínuo, onde os conselheiros e representantes estarão melhor preparados para atuar com segurança, assertividade e clareza, contribuindo para a consolidação da imagem institucional do Conselho em diferentes contextos.

Ressalta-se que a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do CRCMG, na medida em que contribui diretamente para o alcance do objetivo estratégico de “Fortalecer a imagem do CRCMG perante a sociedade e a classe contábil”, e encontra-se prevista no Plano de Trabalho, havendo dotação orçamentária.

VINCULAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico da CRCMG, conforme definidos nos objetivos da Qualidade de “Fortalecer a imagem do CRCMG perante a sociedade e a classe contábil”.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Considerando a natureza específica da contratação de serviços de *media training*, serviço especializado de capacitação e treinamento, focado no aprimoramento da comunicação dos participantes com a mídia e outros públicos, entende-se que os critérios de sustentabilidade não se aplicam de forma direta a essa contratação.

Sendo um serviço essencialmente imaterial, não gera impacto ambiental, nem envolve a utilização de recursos naturais ou produtos cujos processos de fabricação ou descarte impliquem em danos ambientais. Além disso, o serviço de media training não demanda a compra de bens de consumo, e sim a contratação de profissionais especializados para conduzir treinamentos, cujos impactos ambientais são minimizados.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

1. Baixa complexidade dos serviços;
2. Baixo valor da contratação;
3. Baixo risco da contratação.

Requisito de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a realização de serviços de *media training* em quantidade, complexidade e tipo com o objeto desta contratação.

Declaração de que possui, para a execução dos treinamentos, no mínimo, um profissional formado em Comunicação Social, habilitação em jornalismo, com experiência comprovada de, no mínimo, cinco anos em *media training*.

A comprovação do vínculo empregatício do profissional e experiência se fará através de carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço ou contrato social ou outros documentos, nos termos da legislação, além dos atestados de capacitação, anteriormente mencionados.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo de entrega do objeto ou de início da prestação dos serviços

A prestação dos serviços ocorrerá nos dias 23 e 24 de abril de 2026, podendo haver alteração de acordo com a necessidade da contratante, previamente acordada, mantendo-se a carga horária total contratada para os treinamentos.

A data para a reunião de devolutiva, será previamente agendada entre as partes.

Local de entrega ou prestação dos serviços

Rua Cláudio Manoel, n.º 639, bairro Savassi, Belo Horizonte/MG.

Dias e horários de entrega

O objeto será executado, em dias úteis, conforme [calendário de funcionamento do CRCMG](#), das 8h30min às 18h.

Prazo de garantia do bem ou serviço

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

Recebimento

O objeto será recebido da seguinte forma:

Provisoriamente, após a prestação dos serviços, pelo fiscal do contrato, para posterior conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação ao Termo de Referência, à proposta e à Ordem de Compra/Serviço ou Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

Pagamento

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento definitivo.

Vigência

Haverá termo de contrato?

(x) Não

() Sim

Não haverá a necessidade de celebração de contrato, uma vez que se trata de execução específica, sem possibilidade de prorrogação, além de ser dispensável nos termos do inciso I do art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.

Sanções

A empresa contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Advertência, por inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa de:

1% (um por cento) por hora de atraso, calculado sobre o valor total do item da contratação. A ocorrência de atraso que inviabilize a realização dos treinamentos nas datas estabelecidas ensejará em inexecução total do objeto.

Compensatória, por inexecução parcial, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação ou do item da contratação, conforme o caso.

Compensatória, por inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;

Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF por 4 (quatro) meses;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

SELEÇÃO DO FORNECEDOR

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

São obrigações do Contratado:

Cumprir suas obrigações relativas à execução do objeto, observando as disposições deste Termo de Referência, da Ordem de Compra/Serviço ou Contrato e da sua proposta.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

O contratado deverá personalizar o conteúdo do media training de acordo com as especificidades do Conselho, levando em consideração a natureza da entidade e os perfis dos participantes.

O contratado deverá manter sigilo sobre todas as informações confidenciais acessadas durante a execução do contrato, especialmente em relação à identidade dos participantes, dados internos da instituição e informações estratégicas compartilhadas no contexto dos treinamentos.

O contratado deverá garantir que os serviços prestados atendam a altos padrões de qualidade, respeitando a metodologia de media training estabelecida e os requisitos solicitados pela contratante.

Qualquer atraso deverá ser comunicado com antecedência, justificando o motivo e apresentando uma nova previsão.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Centro de custo	Projeto	Conta contábil
313	3015	6.3.1.3.02.01.022 - Demais serviços profissionais

Assinado digitalmente por:
FERNANDA DE OLIVEIRA E SOUSA
CPF: ***.364.016-**
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Data: 23/02/2026 11:36:28 -03:00



Fernanda de Oliveira e Sousa
Assinatura do responsável da área requisitante



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: QACR2-E229A-D4W8K-53FVK

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ FERNANDA DE OLIVEIRA E SOUSA (CPF ***.364.016-**) em 23/02/2026
11:36 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate/QACR2-E229A-D4W8K-53FVK>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate>

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13939/2026

EMPRESA: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____
E-MAIL: _____

Em atendimento à Dispensa de Licitação em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços.

OBJETO				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO
1	21172	Etapa 1 - Treinamento Amplo Treinamento com duração de até 4 horas, direcionado a todos os conselheiros, representantes e líderes do CRCMG, contemplando até 95 participantes. Realização de reunião de briefing para entendimento do Conselho do perfil dos participantes e criação de mensagens-chave que serão passadas no dia do treinamento.	1	R\$ xxx
2	21172	Etapa 2 - Treinamento Específico Treinamento com carga horária total de 8 horas, destinado exclusivamente aos membros do Conselho Diretor (sete participantes).	1	R\$ xxx
VALOR TOTAL				R\$ xxx

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

Condições de pagamento: Conforme previsto no Termo de Referência, Anexo I da Dispensa de Licitação em epígrafe.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

Submetemo-nos a todas as condições da Dispensa de Licitação em epígrafe, inclusive quanto ao cumprimento na íntegra do respectivo Termo de Referência - Anexo I.

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato:

Nome:
Função:
CPF:
Telefone:
E-mail:

_____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa